

OS MEMORÁVEIS, DE LÍDIA JORGE, E AS VÁRIAS REVOLUÇÕES DOS CRAVOS

Licia Rebelo de Oliveira Matos (UFRJ)¹

Resumo: No aniversário de 40 anos da Revolução dos Cravos, Lília Jorge publica um romance que resgata o episódio de forma ficcional e testemunhal. Misturando diferentes vozes e visões sobre o 25 de Abril – as dos memoráveis, participantes da revolução que concedem entrevistas a uma equipe de reportagem, e a da jornalista principal e narradora do romance –, a autora manifesta como um evento histórico pode invadir a vida pessoal de sujeitos de diversas gerações, tornando-os inelutavelmente ligados ao passado.

Palavras-chave: Revolução; Cravos; Memória; Testemunho; Portugal.

Se, como estudantes de literatura, acreditamos que toda história bem contada possui início, meio e fim, devemos reconhecer, entretanto, o quão difícil é apontar, na História, as conclusões de seus episódios mais marcantes. São muitos os períodos históricos de que se diz não terem terminado, como uma forma discursiva de manifestar a longa duração de seus efeitos para um grupo social. De imediato, podemos lembrar a provocação de Richard Sennett na obra *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (1988), quando diz que o século XIX não terminou, bem como o título famoso de Zuenir Ventura, *1968: o ano que não terminou* (1988).

É essa ideia de interminabilidade, de extensão do passado até o presente que Lília Jorge acaba por imprimir sobre a Revolução dos Cravos no romance *Os memoráveis*, de 2014. Nessa ficção muito bem estruturada, composta de três partes, introdução – “A fábula” – desenvolvimento – “Viagem ao coração da fábula” – e conclusão – “Argumento” –, a escritora promove um percurso de análise do 25 de Abril de 1974. Resgata, por meio dos relatos e histórias de seus personagens, a fase de planejamento do levante, passando pela derrubada efetiva do Estado Novo e o processo revolucionário em curso (de 74 a 76), vindo a culminar na memória que se tem hoje sobre esse evento que reinstaurou a liberdade em Portugal e mudou os rumos do país nas últimas décadas do século XX.

¹ Graduada em Letras pela Uerj. Mestre e doutoranda em literatura portuguesa pela UFRJ. Contato: liciamatos@gmail.com

O livro em questão traz no enredo uma proposta de inserção de gêneros documentais, como a entrevista e o testemunho, na ficção literária, o que o coloca numa espécie de entrelugar histórico-ficcional. Uma equipe de reportagem portuguesa traça um roteiro de entrevistas a nove participantes diretos do 25 de Abril, selecionados a partir de uma antiga fotografia não oficial – temos aí mais um registro documental – tirada no restaurante carinhosamente apelidado de Memories, em agosto de 1975. Não por acaso, trata-se de um período em que as medidas revolucionárias ainda estavam acontecendo e Portugal mantinha seu fervor político-ideológico. Ana Maria Machado, narradora do romance, forma com Miguel Ângelo e Margarida Lota o trio de jornalistas contratados pela rede de televisão norte-americana CBS para produzir um programa de TV sobre o evento. 30 anos após a revolução, já que o romance se dá no ano de 2004, e baseando-se no tal retrato dos revolucionários, a equipe conduz um retorno ao passado, sendo por ele afetados, cada um à sua maneira, durante o processo.

O que se desenvolve, então, a partir da primeira entrevista, é uma multiplicidade de vozes a respeito do que se passou no 25 de Abril e nos anos que à data se seguiram. Vozes que, no decorrer do discurso, oscilam entre êxtase e frustração, ao lembrar o movimento e sua repercussão em Portugal. É importante mencionar que, em entrevistas quando da publicação do romance, Lúcia Jorge afirmou ter também entrevistado certas figuras importantes na revolução, o que acaba por servir como índice histórico-ficcional da narrativa: “eu não falei com todos, mas falei com muitos, muitos mais do que aqueles que aparecem como figuras no livro” (JORGE, 2014b). Contudo, a análise que propomos aqui desconsidera essa suposta realidade dos personagens entrevistados.

Por meio dos depoimentos desses personagens, inspirados em participantes reais da revolução de Abril, como Salgueiro Maia (Charlie 8) e Otelo Saraiva de Carvalho (El Campeador), vemos uma tentativa obstinada de reconstituição fiel dos fatos, a busca dos rastros deixados por eles no tempo, visando recuperar uma verdade perdida, assaltada: “Posso dizer-vos que à medida que alguns, na praça pública, passavam a ser reconhecidos como heróis, a maioria dos verdadeiros autores dos actos decisivos se ia transformando numa massa informe de soldados desconhecidos. E aí eu não o permiti.” (idem, 2014a, p. 99-100).

A fala do Oficial de Bronze, alcunha do segundo entrevistado, é revisitada em outros momentos do romance, por outros revolucionários. Em sua maioria, afirmam ter

sido vítimas da distorção sofrida pelo 25 de Abril, em decorrência do inevitável esquecimento inerente à memória, e da vaidade que levou diversos homens a reivindicar o posto de agentes históricos, heróis da liberdade. Conforme diz Ernesto Salamida, na quinta entrevista:

[...] estas mesmas conjecturas aparecem em várias publicações sob a forma de depoimentos assinados por outros, e não por mim. Para aí uns cem. Aliás, por vezes desconfio mesmo que a minha heteronomia não tem limites, e outras vezes julgo que não existo, que sou o sonho do sonho dos outros, que eu não sou nem nunca fui eu. De tal forma que já dei por mim a ditar aos outros o que eles deveriam ter sentido em meu lugar, e no final eles até me corrigem, dizendo, Ernesto, desculpa, olha que não foi assim. E assinam o que dizem. (JORGE, 2014a, p. 177-178).

Diante dessa multiplicidade de versões e personagens que se apresentam sobre a revolução, podemos entender que, mais do que uma verdade única e indiscutível, a memória, presente já no título do romance, parece ser o que se persegue ao longo de toda a narrativa. Não apenas os personagens entrevistados – designados *memoráveis* –, mas também os próprios jornalistas, encarregados de trazer à vista dos espectadores da CBN, em 2004, o conhecimento da revolução portuguesa, têm-na em seu encalço. Diz Ana Maria Machado, em dado momento: “Se algum de nós era ridículo nessa ambição, então todos éramos ridículos, [...] todos à volta do mundo que procurássemos prolongar a memória o seríamos.” (ibidem, p. 105).

O sociólogo Maurice Halbwachs entende que a história de um fato ou evento começa a ser escrita quando a memória sobre ele carece de ser reforçada, lembrada e apresentada às gerações posteriores à daqueles que o testemunharam. Halbwachs define a memória como substância viva, e percorre boa parte de sua obra *A memória coletiva* (1968) para concluir que memória histórica é um conceito por si só paradoxal. Em suas próprias palavras:

Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança. [...] Se a condição necessária para que exista a memória é que o sujeito que lembra, indivíduo ou grupo, tenha a sensação de que ela remonta a lembranças

de um movimento contínuo, como poderia a história ser uma memória, se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas ou atores, outrora, de acontecimentos que nela são relatados? (HALBWACHS, 2003, p. 101).

As ideias de Halbwachs iluminam nosso olhar sobre o romance de Lídia Jorge. Retifiquemos, então, o modo como iniciamos este texto: trazendo os apontamentos do sociólogo francês para nosso objeto de estudo, torna-nos possível afirmar que a Revolução dos Cravos não diz respeito – ao menos, não ainda – à história de Portugal, mas sim à sua memória, a essa memória coletiva ainda muito viva, pois repleta de sobreviventes ávidos por narrá-la. “[...] mantenho tudo o que se passou dentro da minha cabeça. A minha memória é uma das mais fiéis que eu conheço. Mas eu continuo a dizer que não duro para sempre. Ouçam-me antes que seja tarde. Pois o tempo passa, o tempo passa, meus amigos.” (JORGE, 2014a, p. 93), é o que diz o Oficial de Bronze ao iniciar sua entrevista.

Somando-se à pretensa ausência de esquecimento de que fala o personagem, essa presença viva, pulsante, do levante de abril décadas após sua ocorrência se faz perceber no texto a cada vez que a narradora remete ao “resto da metralha de flores que ainda existe entalada entre as pedras da calçada de Lisboa” (ibidem, p. 14). Em verdade, para Ana Maria Machado, convencer-se do poder da revolução no presente é um processo gradativo e doloroso, criando-se pouco a pouco, de entrevista em entrevista com os memoráveis, de mirada em mirada para seu próprio passado. No percurso da jornalista, que vivia há cinco anos nos Estados Unidos e repudiava os conflitos e questões nacionais portuguesas, chegando a definir seus conterrâneos como “um povo longínquo que só por acaso era o [seu]” (ibidem, p. 17), a força da memória da revolução é uma “lava apenas adormecida” (ibidem, p. 41), acordada por ocasião de uma viagem sem retorno a “lugares que não desejava visitar” (ibidem, p. 14).

Chegamos agora ao *coração da fábula* de Lídia Jorge, termo que a própria autora utiliza como subtítulo, e a seu enredo, que, veremos, vai além das lembranças dos revolucionários. Adentrando a narrativa criada pela escritora, é possível identificar no romance uma metralha de flores tão entalada quanto a do 25 de Abril. Trata-se da memória individual de Ana Machado, ou seja, daquilo que diz respeito à relação com seus pais e, por conseguinte, com Portugal e os Cravos.

Ana Maria se define, com muita propriedade, como “filha da revolução” (JORGE, 2014a, p. 261). Fruto da paixão entre dois entusiastas do 25 de Abril – o jornalista português António Machado e a atriz belga Rosie Honoré –, que cultivavam estreita amizade com os revolucionários, tendo, inclusive, sido retratados na fotografia do *Memories*, a jornalista contraria as expectativas de filha apegada a sua história familiar. Assim, em vez de apresentar uma protagonista apaixonada pela revolução, seus mitos e simbologias, Lúcia Jorge surpreende o leitor com uma narradora para quem o episódio não passava de uma irrelevante movimentação na história daquele país – “fitinha de terra do tamanho de uma toalha, sem importância nenhuma” (ibidem, p. 16) – perdido na Grande Europa. Esse desdém fica claro na passagem a seguir, em que a narradora compara, de forma muito irônica, o 25 de Abril à Revolução Francesa:

fora já na fase pós-Thermidor da revolução portuguesa. Antes tinha havido uma Bastilhazinha, depois um Terrorzinho, e logo se seguira na mesma tarde um Thermidorzinho, e depois a armadilha que sempre vem a seguir a qualquer tremor, ou mesmo um tremorzinho (ibidem, p. 314).

A aversão a Portugal e aos Cravos se manifesta como uma espécie de luto. Trata-se de uma resposta magoada à insuperada separação dos pais, que se deu aos seus 12 anos, mas principalmente ao pai, António Machado, que tinha no 25 de Abril as mais felizes memórias pessoais e profissionais. Na tentativa de se desvencilhar ao máximo da figura paterna, sendo António Machado famoso pela abordagem precisa das questões nacionais portuguesas, com análises e previsões jornalísticas que foram fundamentais para a revolução e o Prec, Ana Maria opta por abandonar Portugal. Em contrapartida, coloca-se, segundo suas próprias palavras, “a caminho do centro do centro do mundo, o olho do olho, Washington, deixando para trás a periferia da periferia, um arredor longínquo em relação ao mundo. Portugal pequenino.” (ibidem, p. 133). Temos, portanto, uma personagem expatriada por opção, uma portuguesa por excelência, respondendo positivamente à secular cultura de emigração que se pode observar na história de Portugal.

Em análise sobre o romance, a pesquisadora Ariane de Andrade da Silva aborda essa questão, afirmando que “a pátria a que [os revolucionários entrevistados] pertencem é a da memória” (2016, p. 5733). Em outras palavras, trata-se de habitantes

de um passado memorável desterritorializados no presente, e é esse desterro que Lídia Jorge denunciara em seu texto. Por sua vez, a pátria portuguesa de Ana Machado habita uma memória individual bem profunda, sofrida, enterrada, a ponto de a personagem ter escolhido viver em outra língua.

Assim, *pátria*, para a narradora do romance, tem no radical *pai* um sentido mais do que etimológico: é a António Machado que o pequenino e parvo Portugal está ligado, é dele e da memória familiar que ela quer se distanciar. A personagem faz por negar veementemente a língua paterna – o português, em contraposição à materna, que remete à nacionalidade belga da mãe –, adotando o idioma do capitalismo totalitário estadunidense, contra o qual a ideologia da Revolução dos Cravos lutava.

Analisando as fictícias entrevistas dos revolucionários de Abril, podemos perceber que, para aqueles homens e poucas mulheres envolvidos no memorável episódio, a revolução não se restringe à memória coletiva de seu país, mas faz parte de suas histórias pessoais, tendo sido eles os protagonistas do levante. Contrariam, assim, o já mencionado Halbwachs, quando diz que “Os acontecimentos e as datas que constituem a própria substância da vida do grupo não podem ser para o indivíduo mais do que sinais exteriores, aos quais ele não se relaciona a não ser sob a condição de se afastar de si.” (2003, p. 75). Halbwachs exclui dessa afirmação a memória dos sujeitos históricos, em que se baseia nosso estudo, deixando, com isso, de propor uma análise da literatura de testemunho.

Da mesma forma, a revolução é para Ana Maria uma história pessoal, uma memória de família. Considerando as palavras da professora Ângela Beatriz de Carvalho Faria, quando afirma que o 25 de Abril fora marcado por “desejos, emoções e paixões [que naquele momento] surgiam como categorias políticas” (2001, p. 46), podemos entender que, para Ana Machado, a revolução tem uma carga afetiva ainda mais elevada, como toda memória pessoal, especialmente quando advém da infância.

A narradora manifesta ter sido, de certo modo, doutrinada desde criança pelos ideais revolucionários, sendo sua ligação direta com aquele período lembrada, martelada a todo momento: “António Machado costumava dizer que em 74 Rosie Honoré tinha vindo partilhar a alegria da multidão à solta em Lisboa, e passados dois anos, essa alegria tinha tomado o rosto da Machadinha.” (JORGE, 2014a, p. 261). Ela nasce, portanto, com uma espécie de missão: ser o fruto revolucionário que representará

a liberdade das gerações futuras, encargo de que trata de se livrar logo que chega à maturidade, na primeira oportunidade de emigrar.

Portanto, paralelamente aos testemunhos dos revolucionários de Abril, Lídia Jorge põe-nos de frente a outro nível de testemunho, o de Ana, que não menos é do que a enunciação do romance em si. Por meio das palavras da narradora, magoadas, críticas e sem qualquer utopia, ao contrário das lembranças apaixonadas e viscerais dos entrevistados, temos contato com um lado não luminoso da revolução. A autora mostra-nos, com isso, que um evento histórico, ainda que rodeado de mitos, de imagens poéticas e do compromisso libertário, como foi o 25 de Abril, pode produzir efeitos, sensações, visões destoantes e conflitantes no momento de sua ocorrência e, principalmente, nos anos que lhe seguem.

Para surpresa de Ana Machado, ou apenas como confirmação do que já temia, a tarefa, encomendada pelo ex-embaixador norte-americano em Portugal, de produzir o programa da CBN sobre a história portuguesa a lança sem dó para sua própria história. Quando se dá conta, a caçadora havia se tornado a caça do dia. Após anos negando Portugal, a jornalista e narradora, dona da reportagem e da enunciação, é forçada pela autora, dona da palavra e do destino, a olhar de frente para um fator que a aproxima, e mesmo a iguala aos memoráveis, a seus pais e a todos os portugueses: a incontornável memória da revolução.

Referências bibliográficas

FARIA, Ângela Beatriz de C. A revolução de Abril: a invenção da liberdade. *Semear*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 45-56, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

JORGE, Lídia. *Os memoráveis*. Alfragide: Dom Quixote, 2014a.

_____. Uma canção contra o destino. *Público*. Lisboa, 28 mar. 2014b. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2014/03/28/culturaipilon/noticia/uma-cancao-contra-o-destino-332372>>. Acesso em: 30 set. 2017.

SILVA, Ariane de A. Vozes inquietas: (des)construções identitárias no romance *Os memoráveis*, de Lídia Jorge. In: ENCONTRO ABRALIC, 15, 2016, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Uerj, 2016. Disponível em: <<http://www.abralic.org.br/anais/>>. Acesso em: 30 set. 2017.